

História e política: os jacobinos e o jacobinismo em Antonio Gramsci

Sabrina Miranda Areco*
Doutoranda Ciência Política/ IFCH – UNICAMP
Grupo Marxismo e Pensamento Político

Resumo

Este artigo analisa a presença dos termos jacobinos e jacobinismo nos Cadernos do Cárcere. Pretende destacar como os jacobinos históricos foram valorizados na filosofia da práxis em razão do caráter resolutivo de sua prática política, assim como pela vinculação de suas diretivas com a necessidade histórica concreta de superação do velho regime. Referindo-se ao grupo ativo da fase radical da Revolução Francesa – a República Jacobina (1793-1794) – o marxista italiano refletia também sobre a estratégia revolucionária das classes subalternas no século XX. Sua valorização encontrou uma sistematização teórica no conceito de jacobinismo, que é central no pensamento gramsciano e pode ser entendido apenas em articulação com as discussões sobre hegemonia, partido e revolução.

Palavras-chave: jacobinismo, Risorgimento, Revolução Francesa, Antonio Gramsci

Abstract

This article analyzes the presence of the terms Jacobin and Jacobinism in the Prison Notebooks. Intends to highlight how the Jacobins were valued at historical philosophy of praxis due to the resolute character of his political practice, as well as by linking its policies with the concrete historical necessity of overcoming the old regime. Referring to the active group of the radical phase of the French Revolution - The Jacobin Republic (1793-1794) - the Italian Marxist also reflected about the revolutionary strategy of the subaltern classes in the twentieth century. The value found a systematic theoretical on the concept of Jacobinism, which is central to Gramscian thought and can be understood only in conjunction with discussions on hegemony, party and revolution.

Palavras-chave: jacobinism, *Risorgimento*, French Revolution, Antonio Gramsci

A história das revoluções do passado figura, para Gramsci, como objeto central. Essa relevância explicita-se tanto pela presença da Revolução Francesa como pela análise da construção do Estado moderno na Itália. Enquanto a primeira foi entendida como um processo eficaz, com adequação entre meios e fins e que havia efetivamente superado os vestígios da velha ordem; o *Risorgimento* exemplificaria uma revolução

* Texto apresentado ao VII Colóquio Marx e Engels - GT 2 "Os marxismos".

“imperfeita” ou “incompleta”, que poderia ser entendida com a contribuição das formulações de Vincenzo Cuoco (revolução passiva) e Edgar Quinet (revolução-restauração). Esse caráter limitado, pensou Gramsci, ainda desdobrava-se na Itália do século XX: o fascismo não poderia ser entendido como um produto do liberalismo conservador, que no processo de unificação formatou um Estado monárquico e incapaz de superar as discrepâncias sociais e econômicas entre Norte e Sul? Se o fascismo figurou como ponto de seu presente que estimulou a interpretação da história italiana, a Revolução Russa mobilizou-o a pensar sobre a revolução que pretendeu “ir até o fim”: quer dizer, sua preocupação com a Revolução Francesa não foi de tipo “arqueológico”, pois a estratégia do partido radical seria paradigma para a atuação dos grupos subalternos.

No procedimento de Gramsci pode-se identificar aquilo que Francioni denominou de utilização instrumental da história, buscando elementos do passado para consubstanciar a análise de questões teóricas e políticas de seu presente e sobre as quais pretendia deter-se. Para isso, isolava momentos históricos específicos e operava por meio de analogias¹. Dessa forma, sobre diferentes momentos históricos formulou categorias que, colocadas em confronto, permitiam uma abordagem ao mesmo tempo política e histórica de seu objeto. Como no que tange ao estudo das estratégias do Partido da Ação no processo do *Risorgimento*, colocadas em confronto com a atuação dos jacobinos na Revolução Francesa.

A abordagem de Gramsci, ainda, lida com uma interconexão de contextos - entre Itália e França e diferentes tempos históricos (século XVIII e XIX) – e detém natureza essencialmente dialógica. Verifica-se, ainda, um esforço em explicitar as flutuações dos sentidos que o termo jacobino adquiriu historicamente. Reivindicado por diferentes grupos políticos - de italianos patriotas do século XVIII a bolcheviques russos - tais flutuações indicam para Gramsci a existência de uma polissemia do termo. Nos cadernos, portanto, podem-se verificar as tentativas de precisar o termo, distinguindo a fase da história revolucionária francesa de 1793 – 1794 e o sentido que os jacobinos foram adquirindo posteriormente. Dessa forma, pretendia evitar uma abordagem a-histórica e, ainda, reconhecia que os jacobinos haviam transcendido aquela experiência inicial que lhe deu

¹ Cf. Burgio (2003, p. 56), que embora não refute o caráter instrumental do uso da história nos Cadernos do Cárcere, identifica-os como uma reflexão sobre história da modernidade Ocidental, cuja a origem seria demarcada pelo marxista italiano no longo processo de 1789 (eventos da Bastilha) a 1871 (Comuna de Paris), sendo parte fundamental o início da III República Francesa e a concernente dinâmica assimilativa das classes subalternas pelo Estado.

forma e se constituído em parte fundamental do vocabulário político dos séculos posteriores. Tal ampliação deixaria traços mesmo na literatura. Nessas obras é possível apreender o sentido reduzido, limitado ou *deterire* que do jacobinismo não apenas na França, mas também na Itália.

No que diz respeito ao contexto mais particular de Gramsci, isto é, a Itália, é preciso ainda notar que as relações entre a França e a península durante as Campanhas Napoleônicas tiveram papel importante na difusão deste sentido *deteriore*. Dentre os intelectuais italianos do século XVIII havia uma valorização da Revolução Francesa, do igualitarismo vinculado aos princípios iluministas e dos valores manifestos na Revolução Americana. Era, no entanto, recorrente a reserva dos moderados em relação aos excessos jacobinos. A expansão do grupo e dos seus clubes jacobinos na Itália naquele século coincidiu com a adesão dos governos da Península às nações antifrancesas e, no plano interno, com o enfrentamento das tendências reformistas liberais (WOOLF, 1973, p. 155). O chamado triênio jacobino na Itália (1796 a 1799) foi empreitado pelos franceses com o apoio dos jacobinos italianos, com destaque para Buonarroti, na Lombardia e mais tarde na República Romana e Napolitana (WOOLF, 1973, p. 165). A análise de Vincenzo Cuoco sobre a República Napolitana foi emblemática e reiterada pela historiografia posterior: esse jacobinos eram estranhos à massa e incapazes de solidificar as instituições e pensamentos da modernidade política, pois se sustentavam na frágil aliança entre pequena burguesia e as forças napoleônicas. Suas ambições republicanas, portanto, eram consideradas abstratas e poderiam se impor apenas pela força e terrorismo (CUOCO, 1863, p. 103).

Gramsci identificou naquele contexto histórico o “primeiro período do liberalismo italiano” (Q 2, § 106, p. 253) e, embora tenha se preocupado em entendê-lo e discuta prováveis fontes para tal (Q 2, § 106, p. 253-254), apontou dificuldades: as publicações eram tendenciosas, escritas por anti-liberais, portanto não são confiáveis (Q 9, § 113, p. 1180). Na verdade, a interpretação de Gramsci deste período rendeu-se incompleta e oscilante. Após todos o desenvolvimento sobre os jacobinos franceses e sua comparação com o Partido da Ação, Gramsci perguntou: “Mas se pode chamar de 'jacobinismo' a direção política dos revolucionários napolitanos de 1799?” (Q 19, § 48, p. 2068) – depois de discutir longamente sobre o caracterizaria os jacobinos históricos naquele caderno. Para chegar a uma conclusão, parece indicar Gramsci, seria preciso conhecer como se deram os nexos entre os camponeses e os patriotas. Cuoco havia identificado na curta experiência da

República Napolitana a ausência de liames dos jacobinos tanto com a burguesia quanto com os camponeses. No entanto, seu *Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli* não poderia contribuir com os estudos de Gramsci: o livro não foi lido pelo marxista sardo (Cuoco e a formulação de revolução passiva foram assimilados por leitura indireta a partir de Croce) e seu posicionamento era explicitamente anti-jacobino.

No entanto, a existência de posições francamente anti-jacobinas não remeteriam diretamente nem aos jacobinos italianos nem ao partido radical francês. Devia-se mais a uma mudança derivada de uma ruptura entre a história desses movimentos políticos e uma “imagem” difundida e manipulada de acordo com interesses. Quer dizer, estava vinculado a um “sentimento” anti-francês, convenientemente mobilizado em certos contextos da história italiana. No Q 19, § 24, Gramsci reconheceu que o significado de jacobino foi cindido em dois. Assim, historicamente eram um dos partidos da revolução francesa, organizado em torno de um programa, força social e métodos próprios. Mais tarde, foram entendidos como “[...] o político enérgico, decidido e fanático, porque fanaticamente convencidos das virtudes taumatúrgicas de suas ideias [...]” (Q 19, § 24, p. 2017). Nesse sentido o programa político defendido é menos importante, já que se trata de um *jacobinismo de temperamento* (Q 19, § 24, p. 2019), no qual a oposição ao adversário adquire uma feição de ódio e a oposição não é organicamente política. Na análise de Gramsci, tal tipo de oposição teve lugar nos conflitos entre os moderados e o Partido da Ação no processo de unificação italiana. Ainda na nota 24 do Q. 19, Gramsci afirmou que o Partido de Ação deveria ter superado esse tipo de jacobinismo *deteriore* e assumir a forma dos jacobinos históricos, ou seja, ter um conteúdo econômico e social capaz de estabelecer liames com a massa rural e realizar

[...] a conexão entre as diversas classes rurais que organizava em um bloco reacionário rural formado por diversos grupos intelectuais legitimistas-clericais que poderiam ser dissolvidos pelo advento de uma nova formação liberal-nacional apenas se fizesse força em duas direções: sobre os camponeses de base, aceitando suas reivindicações e fazendo desses parte integrante de um novo programa de governo, e sobre os intelectuais dos estratos médios e inferiores, concentrando-os e insistindo sobre os motivos que mais podiam interessar (Q 19, § 24, p. 2024).

Portanto, se é pelo comportamento sectário e fanático que se define o jacobinismo de tipo *deteriore* - identificado no parágrafo aqui abordado principalmente na figura de

Francesco Crispi² - o jacobinismo de *conteúdo*, que tem para Gramsci um sentido positivo, remete diretamente à fase radical da Revolução Francesa. A atuação do partido jacobino caracterizava-se pela unidade entre massa urbana e camponeses e a existência de uma direção intelectual e moral capaz de *soldar* esses grupos sociais sob a hegemonia da primeira.

A ideia de direção, portanto de hegemonia, é fundamental. Eles foram o partido dirigente que conduziu a burguesia para além dos interesses corporativos que limitavam sua organização como classe. Dirigindo o heterogêneo terceiro estado francês, por meio de ação radical que não aceitava nenhuma saída “intermediária”, derrubaram o Antigo regime de forma a não ser possível retroceder (Q 19, § 24, p. 2028). O partido era, portanto, capaz de entender as necessidades futuras da burguesia. Como puderam identificá-las? Ao contrário daqueles que os tomavam como abstratos, eles foram na verdade realistas à Maquiavel e se manifestaram pela forma apropriada à tradição cultural francesa, isto é, através de fórmulas jurídicas (Q 19, § 24, p. 2029). Essas foram capazes de mobilizar as massas camponesas, que aceitaram a direção do partido - urbano e situado predominantemente em Paris. Na verdade, a direção dos radicais de Paris sobre toda a França, sob o lema da *república una e indivisível*, foi colocada em questão apenas após 1871, com o aprimoramento do parlamentarismo (cf. Principalmente Q 13).

Esse elemento não podem ser encontrados no *Risorgimento*, isto é, não existiu um partido jacobino na Itália. As razões para isso derivam da alteridade entre França e Itália: não havia na península um desenvolvimento econômico capaz de criar uma burguesia *ativa e positiva* e, por outro lado, a posição da península diante dos demais Estados era bastante diferente da França. Este exercia uma hegemonia no plano das relações internacionais, em razão tanto da existência de um centro urbano como Paris como pela precoce centralização conseguida pela monarquia absolutista (Q 19, § 24, p. 2033). Existe aqui um ponto fundamental do confronto entre jacobinos e Partido da Ação: se os primeiros dirigiram os camponeses; na Itália a relação campo e cidade deveria ser entendida considerando-se as disparidades entre Norte e Sul. As categorias campo e cidade não poderiam ser mecanicamente aplicada para a interpretação do *Risorgimento*. Na França, a direção do movimento urbano derivaria de um desenvolvimento econômico,

² Entusiasta republicano no período da Expedição dos Mil, que liderou juntamente com Giuseppe Garibaldi. Após a unificação, aderiu à monarquia e defendeu austeridade política interna e externa em articulação com a Tríplice Aliança (Alemanha e Áustria) contra a França.

social e cultural prévio, de modo que a proeminência da cidade foi assim quase inevitável. Na península, por sua vez, os movimentos insurgentes (unitários, patriotas e “liberais de velho tipo”) tiveram um fermento inicial no Sul, predominantemente agrário, em momento quase coincidente com o Centro. Para Gramsci, esse

[...] relativo sincronismo e simultaneidade mostra a existência já depois de 1815 de uma estrutura económica-política relativamente homogênea, por um lado, e de outro mostra como nos períodos de crise é a parte mais frágil e periférica que reage primeiro (Q 19, § 26, p. 2037).

O Partido da Ação, dessa forma, não conduziu o processo *risorgimental*. Foram os moderados piemonteses, sob a monarquia de Vittorio Emanuele II e o papel decisivo de Giovanni Cavour³, que construíram uma Itália unitária e não-republicana. Fazendo prevalecer os interesses dos velhos grupos, como força ativa que comportava parte da monarquia e burguesia, os moderados também “passivizaram” tais movimentos insurgentes, em um contexto internacional em que se intensificavam - especialmente a partir de 1830 - os movimentos com forte presença da classe proletária (artesãos, operários e trabalhadores domésticos), principalmente em Paris, e o nascimento do socialismo revolucionário de Louis-Auguste Blanqui (1805-1881). Se o medo de uma revolução de tipo jacobina já permeava a Europa desde final do século XVIII, os acontecimentos de 1830 e subsequentes trouxeram o medo à tona novamente. No entanto, com o massacre das revoluções de 1848, a repressão exitosa do nascente movimento operário e expansão capitalistas da década de 1850, se

[...] sepultou a era das revoluções burguesas e inaugurou uma nova época, na qual a transição “pacífica” se tornou a forma mais universalizada de ascensão da burguesia ao poder. Temos então um paradoxo: a transição considerada clássica – a francesa – não foi a mais universal (BIANCHI, 2006, p. 13).

A formação do Estado italiano, assim como outros na Europa, deu-se como reação/superação da Revolução Francesa e de Napoleão. O *Risorgimento* foi uma revolução passiva em uma conjuntura em que a fórmula liberal e democrática encontrava um limite bastante restrito de desenvolvimento quando comparado à França do século XVIII. Outro ponto fundamental eram os diferentes terrenos sobre os quais atuavam os

jacobinos e o Partido da Ação. Antecedidos por uma reforma intelectual e moral empreitada pelos Iluministas e o movimento enciclopedista, na Itália o liberalismo não foi desenvolvido autonomamente e sim importado. Não havia um espírito unitário e no âmbito intelectual a cisão também se expressava em diferentes direções filosóficas (idealismo X positivismo). Não existiu, assim, um movimento de construção da vontade nacional popular unitária sobre o qual o Partido da Ação pudesse se apoiar, havia apenas uma tradição retórica de unidade que por ser apenas retórica não poderia “fermentar” o Partido da Ação e fazer deles “[...] os depositários de uma via revolucionária e nacional” (GERVAZONI, 1998, p. 158).

Gramsci retomou a análise dos jacobinos da Revolução Francesa, portando, apontando seus limites; mas os revalorizou através da construção do conceito de jacobinismo. Medici (2000), Tosel (2009), Gerazoni (1998) *et al* defendem que o jacobinismo (como categoria) é tratado de forma positiva nos Cadernos, o que remete à aproximação entre essa formulação e a reflexão sobre a estratégia da revolução no Ocidente. Ela estaria presente no núcleo de uma teoria revolucionária para os grupos subalternos. Para Galastri, o jacobinismo seria compreensível como anti-revolução passiva, ou seja, é o seu contrário positivo, mesmo que “[e]m momentos e espaços históricos distintos, ambos sejam [...] processos formadores de Estados nacionais, tanto quanto formação, consolidação, e defesa do bloco histórico burguês. No entanto, o jacobinismo continuaria a servir como antítese, como modelo político das novas classes fundamentais devido à potência que confere à organização das massas”. (GALASTRI, 2010, p. 103-104)

A análise de Gervazoni sobre o jacobinismo em Gramsci, por sua vez, destaca que o mesmo poderia ser entendido como a construção de um homem coletivo através de uma conformidade social. Ou seja, sua fórmula aperfeiçoada ocorreu de-se no parlamentarismo da III República Francesa, que de maneira não-autoritária permitia a manutenção da hegemonia pela obtenção do consenso e colaboração dos grupo dominados e dirigidos. Jacobinismo coincidiria, então, com a fórmula mínima da política moderna do século XX (GERVAZONI, 1998, p. 163).

Mas, como reconheceu Gervazoni (1998, p. 163), a ambiguidade e incompletude de várias passagens impedem uma definição peremptória da posição de Gramsci sobre o jacobinismo e a política do século XIX. A argumentação de Gervazoni sustenta-se,

fundamentalmente, na concepção de que a revolução permanente teria sido superada na política a partir de 1870-1871 e substituída pela fórmula de revolução passiva. Além disso, oblitera o componente de força e coerção, fundamental na formulação gramsciana de hegemonia. Porém, se se pensa o jacobinismo como categoria teórico-política em Gramsci, não é possível limitá-la nem à esfera parlamentar nem como estratégia burguesa. Como argumentou Medici (2000, p. 152), o jacobinismo era um aspecto central na aproximação de Gramsci e Lênin.

CONCLUSÃO

Os jacobinos e jacobinismo são fundamentais para se compreender a teoria sobre revolução desenvolvida por Gramsci. Como categoria teórica política, vincula-se com conceitos centrais da filosofia da práxis, como hegemonia e partido. Essa valorização comporta um reconhecimento da eficácia da estratégia revolucionária dos jacobinos históricos. Essa estratégia construiu a hegemonia burguesa e o moderno Estado na França através da aliança do partido e dos grupos urbanos com os camponeses, sob direção dos primeiros, na luta política pela construção de uma nova hegemonia. Essa aliança efetivamente significava que o partido da burguesia guiou o heterogêneo III Estado antes de se tornar dominante. Pode-se então identificar nessa posituação do jacobinismo um paralelo com a Revolução Russa e uma manifestação do leninismo gramsciano, como defendeu Medici (2000).

No que tange ao método de Gramsci, o estudo sobre os jacobinos e jacobinismo permite que se explicita o caráter analógico de sua abordagem. No entanto, outro elemento é importante: o estudo sobre as oscilações de sentidos dos jacobinos/jacobinismo, tanto em relação ao tempo (história) como em diferentes realidades nacionais (Itália e França). Preocupado em “escavar” e demonstrar a historicidade dos termos, Gramsci pretendia valorizar aquela experiência histórica, inserindo-a como parte fundamental do seu léxico.

BIBLIOGRAFIA

BIANCHI, Alvaro. Revolução passiva: o pretérito do futuro. In: *Crítica Marxista*, n. 23, p. 34- 57, 2006.

CUOCO, Vincenzo. *Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli*. 2 ed. Napoli: Lombardi, 1863.

FRANCIONI, Gianni. *L'Officina gramsciana: ipotesi sulla struttura dei "Quaderni del carcere"*. Napoli : Bibliopolis.

GALASTRI, Leandro. *Revolução passiva e jacobinismo: uma bifurcação da história*. In: *Filosofia e Educação* (Online), v. 2, n. 1, 2010.

GERVASONI, Marco. *Antonio Gramsci e la Francia: dal mito della modernità alla "scienza della politica"*. Milano: Edizioni Unicopli, 1998.

GRAMSCI, Antonio. *Lettere dal Carcere* a cura di Sergio Caprioglio e Elsa Fubini. Torino: Einaudi, 1965.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Turim: Giulio Einaudi, 1977.

MEDICI, Rita. *Giobbe e Prometeo: filosofia e politica nel pensiero di Gramsci*. Firenze: Alinea, 2000.

TOCQUEVILLE, A. . *O antigo regime e a revolução*. São Paulo: Hucitec, 1989.

TOSEL, André. *Gramsci e a revolução francesa*. *Novos Rumos*, São Paulo, v. 9, n. 22, 1994, p. 42.

WOOLF, Stuart J. *La rottura rivoluzionaria con il passato (1789-1799)*. In: *Storia d'Italia*. Torino: G. Einaudi, 1972-1976. v 3.